

Destaque
Gazeta Mercantil
Empresários querem mais benefícios

Brasília, 21 de Setembro de 2005 - Aprovada ontem na Câmara, medida provisória deve ser modificada no Senado. Um acordo entre líderes de partido permitiu ontem a conclusão da votação da "MP do Bem" na Câmara dos Deputados. A medida provisória segue para análise no Senado, onde entidades do setor produtivo já operam nos bastidores a fim de ampliar os benefícios fiscais constantes do texto. Caso da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)**, que representa investidores nacionais e estrangeiros responsáveis por 66% da distribuição e 28% da geração de energia elétrica em todo o país.

Ontem, o presidente da **CBIEE**, **Claudio Sales**, apresentou a senadores propostas destinadas a reduzir as tarifas cobradas dos consumidores e a incentivar novos investimentos no setor. Em ambos os casos, por meio da redução da carga tributária. As sugestões foram elogiadas por integrantes das bancadas do PMDB, do PT e do PFL. Os parlamentares ressaltaram, no entanto, que a aprovação dependerá de negociação direta com a equipe econômica do governo federal, para que não haja descontrole das contas públicas.

"Sou completamente favorável às propostas. Agora, temos de combinar com o lateral esquerdo", disse o líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS), referindo-se ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. Já o líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), afirmou que organizará um encontro entre a **CBIEE**, os senadores do partido e o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, para discutir o assunto. Rondeau é da cota do PMDB, que também indicou o relator da matéria na Casa, o ex-presidente José Sarney (AP).

A **CBIEE** quer que a incidência de PIS e Cofins nas contas de energia de todos os consumidores seja realizada pelo sistema anterior de tributação, no qual prevalecia a cumulatividade e uma alíquota menor, de 3,65%. O texto aprovado pela Câmara restringe tal benefício aos consumidores residenciais, rurais, serviços públicos e iluminação pública. Para os demais consumidores, a alíquota é maior, de 9,25%, e não vale a cumulatividade. Segundo o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o sistema atual de tributação tem de ser revisto, pois aumentou em 4% o preço da energia.

"Não há coerência por parte do governo. Afinal, um dos objetivos do modelo do setor elétrico é a modicidade tarifária", afirmou Tourinho, que foi ministro de Minas e Energia durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O senador também elogiou a proposta da **CBIEE** de isenção de PIS, Cofins e IPI para novos investimentos no setor. Disse que a desoneração é fundamental para tirar projetos represados do papel e diminuir o risco de um novo racionamento de energia a partir de 2010.

"O Brasil não tem mais tempo a perder com a execução dos projetos. Eles somente serão realizados se forem viáveis economicamente", declarou o presidente da **CBIEE**. De acordo com **Sales**, o país hoje é o campeão mundial de encargos e tributos na conta de luz. Eles chegaram a 44,75% em 2004, conforme estudo da PricewaterhouseCoopers. Em 2006, a expectativa é que atinjam 52%. A **CBIEE** reivindica ainda a manutenção de isenção de PIS e Cofins para carvão e gás natural para termelétricas.

A medida visa a incentivar uma base térmica que serviria de "colchão" em época de falta de água para produção de energia. Editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atender a uma das principais demandas do setor produtivo, a MP do Bem previa, de início, uma renúncia fiscal de R\$ 2,3 bilhões. Com as alterações realizadas pelos deputados, a fatura passou para a casa dos R\$ 5 bilhões. Os deputados dobraram os limites de enquadramento de micro e pequenas empresas - com receita bruta anual de até R\$ 240 mil, ante os R\$ 120 mil atuais.

kicker: Investidores em energia elétrica entregaram ontem propostas a senadores para reduzir as tarifas cobradas dos consumidores

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 8)(Daniel Pereira)